

**LINGUAGEM E IDEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE
SUBJETIVIDADES**

Pedro Leal David

Rio de Janeiro

2006



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação

LINGUAGEM E IDEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Pedro Leal David

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do bacharelado em Comunicação Social.

Orientador: Maria Helena Junqueira

Rio de Janeiro

2006

David, Pedro Leal.

Linguagem e ideologia na construção de subjetividades / Pedro Leal David. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2006.

40 f.

Orientador: Maria Helena Junqueira

Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO, Habilitação em Jornalismo, 2006.

1. Ideologia. 2.Linguagem 3. Telejornalismo 4. Análise de Discurso. I. Junqueira, Maria Helena. II. UFRJ-ECO III. Título

Linguagem e ideologia na construção de subjetividades

Pedro Leal David

Monografia submetida ao corpo docente da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social. Habilitação em Jornalismo.

Aprovada por:

Prof. Maria Helena Junqueira - Orientadora

Prof. Fábio Lacombe

Prof. Eduardo Stotz

Rio de Janeiro

2006

Agradecimentos

À minha Avó e meu Avô *in memoriam*.

À minha mãe, que além de tudo, foi co-orientadora não oficial deste trabalho.

Ao meu pai por ter me dado a estrutura para cursar a faculdade.

À minha orientadora Maria Helena Junqueira.

Aos meus amigos da ECO.

Resumo

David, Pedro Leal. **Linguagem e ideologia na construção de subjetividades**. Orientador: Profa. Maria Helena Junqueira. Monografia (Jornalismo). Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2006, 40p.

O trabalho aborda a questão da construção da subjetividade por meio da linguagem, fazendo uma reflexão sobre as maneiras como a ideologia opera, por meio de interações discursivas, na construção das subjetividades. Na primeira parte, é feito um estudo teórico, utilizando análises de autores que se debruçaram sobre essa questão, tendo como principal base o livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, de Mikhail Bakhtin, e outros autores, como Julia Kristeva. Ao fim, fala-se da construção da subjetividade do dominante e do dominado no contexto da sociedade de classes. Na segunda parte, é feita uma análise do discurso telejornalístico como um dos principais agentes da disseminação do discurso dominante. Não se trata de especificidades da linguagem audiovisual telejornalística, mas do tratamento que é dado à palavra nos telejornais. A terceira parte faz uma reflexão sobre discursos específicos, buscando aplicar os conceitos apreendidos nas duas primeiras partes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. LINGUAGEM E IDEOLOGIA	10
1.1. Marxismo e Filosofia da linguagem	10
1.2. Fala, consciência e conflito	11
1.3. Intersubjetividade Subalterna	16
2. O DISCURSO TELEJORNALÍSTICO	21
2.1. A notícia falada	21
2.2. O código jornalístico	23
2.3. Uma linguagem não conflituosa	24
2.4. A construção da relação entre o destinatário e o emissor da mensagem midiática: a credibilidade	28
2.5. A sintaxe da edição	31
2.6. Novas possibilidades para a linguagem telejornalística	37
3. HARMÔNICOS INTANGÍVEIS E INÚTEIS	40
3.1. O lapso do papa Wojtyła.	41
3.2. A linguagem dos vendedores de ônibus	44
CONCLUSÃO	47
BIBLIOGRAFIA	50

INTRODUÇÃO

*A palavra é capaz de registrar as fases transitórias
mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais*
(BAKHTIN, 1995, p.45).

Desde os primeiros períodos da faculdade de Comunicação Social, não é difícil perceber a importância de conceitos como ideologia, linguagem, discurso para as diversas disciplinas que compõe curso. Entretanto, embora sejam sedutores, estes conceitos não são tangíveis em toda sua extensão quando se está ainda no início de uma trajetória universitária.

Ao longo do curso, as idéias começam a se desanuviar. Para tanto, são valiosos autores como Mikhail Bakhtin. Desanuviar é um verbo preciso, pois é justamente por meio da leitura desses autores, que certos conceitos, que antes eram gotículas de vapor, se condensam e caem, às vezes sob a forma de uma chuva rala, às vezes um pouco mais volumosa. Passa-se então a entender como estes conceitos, que pareciam uma abstração, tentam justamente ler os fenômenos sociológicos da maneira mais material possível.

No meu caso específico, foi por meio da leitura de um texto extraído do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1995), de Mikhail Bakhtin, que pude compreender os conceitos de ideologia, e conseqüentemente, trazer para um campo mais pragmático toda discussão que se trava sobre o discurso midiático. O que parecia evidente, não havia sido explicado: é a palavra que veicula a ideologia. A língua é a realidade material da criação ideológica. E essa linguagem só existe no processo de interação social, que por sua vez é determinado pelo conjunto das relações sociais.

É justamente na palavra, usada para a expressão interna, e externa dos homens, que age a ideologia, e onde se forja a consciência. E se ela nasce das interações sociais, ela é responsável também pela intersubjetividade, pelo sentimento de identidade e coesão de um determinado agrupamento humano, e quando se trata de ma sociedade de classes, essa intersubjetividade pode ser subalterna, ou dominante.

Resolviam-se também, em parte, no texto de Bakhtin outros problemas, como por exemplo, a eterna discussão sobre o poder manipulador do discurso dominante. Se “o signo ideológico vive graças à sua realização no psiquismo, e reciprocamente, a realização

psíquica vive do suporte ideológico” (BAKHTIN,1995), não se pode, usando ainda palavras do próprio Bakhtin, excluir uma contra-ação. Toda linguagem nasce de uma interação. Portanto, todos os lados dessa interação são sujeitos da criação lingüística. Porém, deve-se observar que existe uma diferença quantitativa em cada um dos lados. É nesse ponto que reside a dominação de uma classe sobre outra. A possibilidade de se apresentar como o lado mais forte de uma determinada interação verbal denota a existência de sujeitos que, entre outras coisas, utilizam a linguagem para a dominação, e de outros que veiculam também na linguagem a consciência subalterna.

Partindo dos efeitos transformadores que esse texto produziu em mim, consegui compreender, com o auxílio de outras áreas teóricas, como a psicanálise, a importância da linguagem para qualquer análise que pretenda compreender algum aspecto da sociedade. Essa é a razão pela qual escolhi como tema principal desta monografia a análise de discurso. Sem a intenção de formular qualquer teoria definitiva, o que se pretende é trilhar um breve caminho no qual estudaremos o papel da linguagem na construção das subjetividades na sociedade moderna. Partindo de um arcabouço teórico, iremos até a análise específica de alguns discursos, para tentar extrair da palavra, das formas de interação verbais, elementos para a compreensão das estruturas sociais vigentes.

Começarei expondo alguns conceitos teóricos que me foram úteis ao longo do curso, e que servem de base metodológica para o trabalho. Além do já citado livro de Bakhtin, foram utilizados, entre outros autores, os trabalhos de Julia Kristeva (1982), no tocante à relação entre psicanálise e linguagem, e os de Alexandre Kojève para a compreensão da construção das subjetividades na sociedade moderna.

A intenção nesse primeiro capítulo não é esgotar o tema, e nem tampouco, formular teorias novas. Pretende-se estudar e expor alguns conceitos que julgo de extrema importância para a compreensão de qualquer área do saber humano. Depois dessa primeira parte, é feita a análise de discursos específicos com o objetivo de colocar em prática as teorias estudadas.

O segundo capítulo é dedicado à análise do discurso dos telejornais. A principal razão desta escolha é o fato de minha habilitação específica ser jornalismo, mas além disso, vislumbrei a possibilidade de fazer uma análise dos discursos dos telejornais que evitasse certos pré-conceitos, que muitas vezes, soam como teorias da conspiração. Esses pré-conceitos, em geral, formulam as inúmeras teorias que atribuem um poder de manipulação

exagerado à mídia. É certo que o discurso dos telejornais, sobretudo da grande imprensa, agem no sentido de legitimar estruturas sociais vigentes, e as empresas, enquanto forem lucrativas, não têm o menor interesse em promover qualquer mudança nessas estruturas, mas a veiculação da ideologia dominante por meio do discurso telejornalístico se dá de maneira mais complexa do que se imagina.

Muito mais do que num discurso claramente ideológico, que veicule algum tipo de conservadorismo político, racismo ou o sexismo, é nas palavras mais simples, no cotidiano dos telejornais que se encontra a chave da questão. Na pobreza lexical, no pressuposto de que a comunicação deve se dar de maneira não conflituosa, e na crença de que a fórmula encontrada pelos telejornais é a mais eficiente para se comunicar uma mensagem, é que estão os elementos para compreender como um discurso tão poderoso pode ser, paradoxalmente, engessado e engessador. É nesse sentido que estudamos o discurso e o papel da palavra nos telejornais.

Sabendo que é a televisão o principal veículo de informação da maioria das pessoas no Brasil, analisar seu discurso e desdobramentos sociais é extremamente necessário, sobretudo, levando-se em conta a desigualdade social em que vivemos. Não pretendemos entrar em meandros específicos como os monopólios de imprensa, e as reações de poder na qual a grande mídia exerce forte influência, mas teremos sempre em conta a importância das estruturas que foram as condições de enunciação, ou seja, o contexto no qual emerge um discurso.

Por fim, faremos uma breve análise de dois discursos específicos, que embora não apresentem qualquer semelhança entre si, são úteis para que se faça mais uma exemplificação dos conceitos teóricos estudados durante a dissertação. Trata-se de uma releitura da análise que o historiador italiano Carlo Ginsbur (2001) fez de um discurso proferido pelo Papa João Paulo II numa sinagoga de Roma contraposta ao discurso de vendedores ambulantes dentro de ônibus no Rio de Janeiro. Parece não haver nexos entre os dois discursos, mas análise visa construir mais dos exemplos aos quais é possível aplicar os conceitos estudados.

A idéia é tentar seguir os passos de Mikhail Bakhtin, que sem dúvida é o pensador basilar dessa dissertação, e compreender que é na palavra, na enunciação, que se encontram os reflexos da sociedade de classes, os registros das mudanças sociais, mas também a possibilidade de modificação da ordem vigente.

1. LINGUAGEM E IDEOLOGIA

1.1. Marxismo e Filosofia da linguagem

Na literatura acadêmica recente, são encontradas muitas referências ao fato de que conceitos como classe, luta de classes, e ideologia; estão ultrapassados. Não se trata apenas do caso particular dos autores que crêem no chamado “fim da história¹”, mas também dos pensadores que propõem uma nova forma de ver os conflitos sociais. Por estarem ligados à tradição marxista dos séculos XIX e XX, esses termos, e muitos outros, foram relegados ao esquecimento, ou transfigurados. No entanto, o livro “Marxismo e Filosofia da linguagem”, de Mikhail Bakhtin (1995), que data das primeiras décadas da Revolução Russa, mostra-se atual e de grande importância para o estudo da filosofia da linguagem, e conseqüentemente para análises de discursos determinados.

Bakhtin trata da questão da ideologia, usando como instrumento, e material de sua análise, a linguagem, dando ênfase especial ao ato da fala, da enunciação. Para ele, todo signo é ideológico, e está ligado às condições de comunicação, que por sua vez, se ligam às formas de relação social. A palavra, para ele, é um signo privilegiado. Enquanto outros sistemas de signos estão circunscritos em seu domínio -estética, ciência, moral, religião - a palavra circula e está presente em todas essas esferas.

Mas não é somente a discursos determinados que Bakhtin se refere. Ele fala da palavra, sempre carregada de ideologia, como material das consciências individuais. Ao afirmar que a consciência só nasce das interações sociais, a palavra passa a ser vista não apenas como signo do discurso exterior, mas também discurso interior dos indivíduos. Uma vez compreendida como a agente formadora das consciências, a linguagem passa a ser então um meio de compreender diversos processos, entre eles, o de dominação social de uma classe pela outra, no que diz respeito à ideologia.

¹ Com o fim do chamado Socialismo Real, a partir da queda do Muro de Berlim, em 1989, diversos autores começaram a defender a teoria de que a democracia liberal teria enfim triunfado como sistema de governo. Ela então constituiria o "ponto terminal da evolução ideológica da humanidade, o fim da história".(FUKUYAMA, 1992).Francis Fukuyama, principal defensor dessa teoria, acredita que enquanto outras formas de governo estão repletas de imperfeições e irracionalidades, a democracia liberal está livre dessas contradições fundamentais. Suas injustiças e problemas sociais seriam “produto de uma incompleta aplicação dos princípios gêmeos da liberdade e da igualdade, em que a democracia moderna se fundamenta”.(FUKUYAMA, 1992).

A importância da proposta de Bakhtin é notada quando ele explica as correntes lingüísticas que o precederam: de um lado, figurava o que ele chamou de subjetivismo ideológico, escola que, grosso modo, compreende a linguagem como uma manifestação da consciência individual, do psiquismo. Para essa escola, seriam as leis da consciência, que existiria em si, que formariam as leis lingüísticas. Estas, por sua vez, seriam análogas à criação artística, ou seja, a evolução da língua se daria devido a fenômenos estéticos. Para Bakhtin, essa visão da linguagem se mostra insustentável, uma vez que a consciência não poderia reger a linguagem, se é a linguagem que faz surgir a consciência.

A segunda concepção criticada por Bakhtin, é o objetivismo abstrato, escola que ganhou notoriedade, sobretudo, por meio do lingüista Ferdinand Sausurre. O método lingüístico utilizado por essa escola faz distinção entre língua e linguagem, e compreende-se a língua como sendo um objeto estático. Essa concepção acredita que a língua possui formas estáveis, e prioriza sua análise, relegando a um segundo plano a evolução histórica da língua, e as manifestações individuais da fala. A língua é vista então como um conjunto de signos estáveis, e o objeto de estudo é as regras que regem esses símbolos no interior do sistema lingüístico. A crítica de Bakhtin sobre essa escola recai principalmente sobre a desconsideração da fala, da enunciação. Para o pensador russo, é nas falas individuais que a língua surge e evolui.

1.2. Fala, consciência e conflito

É justamente a enunciação, e a evolução histórica da língua, bases do método que Bakhtin desenvolve no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que nos interessa nessa dissertação. Os discursos, manifestados principalmente na fala, são não somente as armas, como o campo de batalha onde os conflitos sociais ocorrem. Quando se diz que a linguagem é forjada no diálogo, fica subjacente a idéia de que a linguagem surge, e evolui do conflito.

Como dito anteriormente, falar de luta de classes é algo visto como fora de moda por muitos pensadores atuais. Entretanto, no tocante à filosofia da linguagem, encontra-se a possibilidade de retomar o tema, sem recair nas fórmulas mecanicistas, recorrentes em grande parte da produção do pensamento marxista do século passado. Entretanto, mesmo no caso específico da linguagem, corre-se o risco de formular concepções simplistas.

Entender a divisão de classes por meio das manifestações da linguagem, não é apenas constatar o fato de que a linguagem culta é uma propriedade exclusiva dos indivíduos das classes superiores, o que os torna detentores do saber e dos meios de sua veiculação. De fato, isso é uma realidade, mas as interações sociais, e suas conseqüentes as manifestações lingüísticas, são mais complexas do que isso, admitindo uma imensa circularidade entre os campos do discurso, e oferecendo nas nuances muito mais elementos para compreender seu mecanismo, como veremos adiante.

Também é válido ressaltar que falar de dominação e submissão por meio do discurso não significa necessariamente falar de discursos carregados de conteúdos claramente ideológicos. Um exemplo disso está numa análise equivocada que, John B. Thompson faz no livro *a mídia e a modernidade*, ao tentar retomar o conceito de ideologia na análise do discurso da mídia:

A noção de ideologia foi muito debatida e muito criticada nos anos recentes, tanto que alguns analistas preferiram deixar a noção completamente de lado. Este não é o meu ponto de vista. Tentei mostrar em outro lugar que a noção de ideologia ainda tem um útil e importante papel na análise das formas simbólicas, desde que esta noção se liberte de algumas pressuposições que lhe impingiram no passado. Propus uma dinâmica e pragmática concepção de ideologia que focaliza a atenção nas maneiras em que formas simbólicas servem, em circunstâncias particulares para estabelecer e sustentar relações de domínio. De acordo com esta concepção, formas simbólicas específicas não são ideológicas per se: elas são ideológicas somente até onde servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações assimétricas de poder. (THOMPSON, 1998, p.96).

Adiante, falando do discurso midiático, Thompson continua: “...*como por exemplo, as concepções de masculinidade e feminilidade, de identidade étnica, etc. – então as mensagens da mídia pode assumir um papel ideológico bastante poderoso*”. (THOMPSON, 1998, p.97).

O equívoco da concepção de Thompson recai sobre o seguinte ponto: não existe símbolo que não seja ideológico. Uma vez produto de uma determinada interação social, que se deu num momento histórico específico, todo símbolo está carregado de ideologia. Justamente por essa razão, as formas simbólicas não servem para estabelecer relações de

domínio apenas em circunstâncias particulares. Não são apenas os discursos específicos que carregam a ideologia. Ela está em todas as formas de enunciação.

Desse modo, todo discurso midático está carregado de ideologia, independente do assunto que esteja tratando, da mesma forma que a ideologia está presente em qualquer fragmento de discurso de qualquer circunstância.

Bakhtin consegue iluminar essa questão. Se a linguagem, impregnada de conteúdo ideológico, é a agente formadora das consciências individuais, e estas só existem no processo de interação social, logo, é por meio dela que surgem as intersubjetividades. O consenso, a coesão, e a identidade, se dão sempre por meio da linguagem. Indivíduos de uma mesma classe social, interagindo num mesmo contexto espaço-temporal, se identificam, sobretudo, por meio da linguagem.

Utilizando os conceitos de Mikhail Bakhtin, portanto, é possível passar à análise de diversas questões da sociedade atual. Entender como a linguagem veicula tanto a intersubjetividade subalterna da classe dominada, como o discurso dominante, e a relação desses dois discursos, que interagem de modo conflituoso, mas não excluem a circularidade entre si, pode trazer um novo olhar para a questão da luta de classes. A linguagem, manifestada na interação verbal, e em última instância, na palavra, apresenta-se como um objeto dinâmico de análise, a partir do qual é possível compreender questões pertinentes à sociedade de classes.

A palavra é o campo onde se confrontam os valores sociais. Os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e resistência, adaptação, ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc. (BAKHTIN, 1995, p.36)

A seguir, faremos um breve estudo de questões relativas à psicanálise que se mostram úteis para a compreensão do processo de construção das subjetividades por meio da linguagem. Apesar da psicanálise como prática clínica se ocupar, de um modo geral, de questões de ordem individual, diversos conceitos cunhados por Freud e seus seguidores são essenciais para compreendermos os aspectos sociais da linguagem, sobretudo quando se pretende tomar como objeto de estudo as manifestações da fala. 1.3 Psicanálise e linguagem:

É enorme a importância da psicanálise para a filosofia da linguagem. No livro *A História da Linguagem* (1983), Julia Kristeva, fazendo uma crítica da lingüística formal, de Ferdinand Saussure, utiliza conceitos da psicanálise para mostrar que para além da estrutura formal, a linguagem é um “*sistema significante em que se faz e desfaz o sujeito falante*”. (KRISTEVA, 1983, p. 305)

Para a autora, a interseção entre filosofia da linguagem e psicanálise se dá justamente na ênfase pelo estudo da enunciação, da palavra falada:

Sublinhemos em primeiro lugar o fato de que a psicanálise vê o seu objeto na fala do paciente. O psicanalista não tem outro meio, outra realidade ao seu alcance para explorar o funcionamento consciente ou inconsciente do sujeito para além da fala, das suas estruturas e das suas leis; é por aí que o analista descobre a postura do sujeito.
(KRISTEVA, 1983, p. 306)

O ato psicanalítico poderia então ser visto como análogo ao que ocorre em outras esferas sociais, no que diz respeito da formação da subjetividade e da atividade mental interior por meio do discurso. O ato psicanalítico é um diálogo, uma vez que a cadeia sujeito—destinatário encontra-se completa. O que em qualquer ato de fala não poderia ser diferente. O que vimos anteriormente em Bakhtin, encontramos agora em Lacan: “*Não há fala sem resposta, ainda que encontre apenas o silêncio, contanto que encontre um auditor*”. (LACAN, *apud*, KRISTEVA, 1983, p. 307)

É interessante observar como a psicanálise ajuda a compreender essa existência contínua de um interlocutor do discurso interior. Na transferência, o analista toma o lugar dos diversos interlocutores desse discurso do sujeito, e não são incomuns relatos de que mesmo depois de terminado o processo de análise de uma pessoa, ela se veja por vezes, “conversando” com o analista.

Mas a grande importância da psicanálise para a filosofia da linguagem e para ao processo de subjetivação são os desenvolvimentos sobre o inconsciente. Para Freud, é o inconsciente o grande círculo onde se inscreve o consciente. Quando fala dos sonhos,

Freud fala dos movimentos de deslocamento, condensação e figuração, que ajudam a compreender o funcionamento do inconsciente como uma linguagem.

A condensação forma o que se chama usualmente, em psicanálise, de “nós”. Como a estrutura dos sonhos é pobre em relação aos seus significados, o conteúdo do sonho está sobredeterminado. Cada significante possui assim, uma série de significados. O deslocamento ocorre quando o que é essencial num sonho não está necessariamente representado no mesmo. Isso se dá devido à censura que as instancias psíquicas exercem uma sobre a outra. Por fim, a figuração mostra que como a relação entre os elementos do sonho compõe um quadro de acontecimentos simultâneos, onde a única lógica existente é construída pela simples aplicação dos símbolos:

Vemos que, para Freud, o sonho não se reduz a um simbolismo, mas é uma verdadeira linguagem, isto é, um sistema de signos, ou até mesmo uma estrutura com uma sintaxe e uma lógica própria.(KRISTEVA, 1983, p. 312).

De acordo com Julia Kristeva, essa concepção do inconsciente como linguagem contribui para a lingüística, uma vez que o sistema significante que Freud desenvolve atravessa as línguas nacionais constituídas, tratando de uma função da linguagem própria de todas as línguas:

Compreendemos agora que o alcance da psicanálise ultrapassa largamente a zona do discurso perturbado de um sujeito. Podemos dizer que a intervenção psicanalítica no campo da linguagem tem como consequência maior impedir o esmagamento do significado pelo significante, que faz da linguagem uma superfície compacta logicamente segmentável; a psicanálise permite pelo contrário dividir a linguagem em camadas, separar o significante do significado, obriga-nos a pensar cada significado em função do significante que o produz, e vice-versa. Isto quer dizer que a intervenção psicanalítica impede o gesto metafísico que identificava as diversas práticas de linguagem como Uma Língua, Um Discurso, Uma Sintaxe, e que ela incita a procurar as diferenças das línguas, dos discursos, ou antes sistemas significantes construídos naquilo que se tomou por A Língua, ou por O discurso. (KRISTEVA, 1983, p. 314).

Ao pensar o significado em função do significante que o produz, a psicanálise mostra uma certa autonomia do significante sobre o significado. “*Para a concepção freudiana, sujeito e sentido não existem, produz-se no trabalho discursivo*” (KRISTEVA,

1983, p. 316) Mas essa produção de sentido é engendrada não pelo discurso enunciado, mas na enunciação. O significante, compreendido obviamente não como existente em si, mas como produzido nas relações sociais, seria então o determinante da construção significativa, e por fim seria o limite da construção da consciência e da subjetividade.

1.3. Intersubjetividade Subalterna

Um dos capítulos do livro *Interfaces da Psicanálise* (2002), do psicanalista Renato Mezan, fala sobre as subjetividades contemporâneas. Ao partir de uma concepção de subjetividade como “*condensação de uma série de determinações*”, Mezan procura expandir para além das determinações conscientes e inconscientes dos indivíduos o papel de agente formador da subjetividade.

Para o psicanalista, a subjetividade é produto de processos que começam antes da consciência e estão “*além e aquém dela*”. Por aquém da consciência, entendemos os processos psíquicos do inconsciente, principal material da teoria e prática psicanalítica. Mezan fala de três instâncias do processo de construção da subjetividade: a singular, a universal e a particular. Singular é aquilo que é único, pessoal e intransferível; o universal é o que é compartilhado com todos os demais humanos. E entre esses dois planos, existe o particular, que é o que é “*próprio a alguns, mas não a todos*”. É justamente no “particular” que opera o que elegemos como objeto de estudo: a linguagem:

Toda sociedade, para sobreviver, necessita produzir métodos de aculturação eficazes, isto é, capazes de transformar os bebês que nela nascem em membros daquele grupo, aptos a funcionar segundo suas regras e eventualmente transgredi-las, e também aptos a, chegando o momento, transmitir à geração seguinte o que torna única sua sociedade. E, em sociedades hierarquizadas, divididas em estamentos, classes ou castas, tal incorporação necessariamente deve incluir elementos que tornem no mínimo *suportável* e no máximo *desejável* a pertinência à categoria social em que o indivíduo está – ao menos quando nasce – destinado a funcionar. Esses mecanismos são sutis e complexos, mas, sem eles, sociedade alguma poderia se perpetuar e simplesmente desaparecer. (Grifos do autor - MEZAN, 2002, p.267).

Nesse fragmento, Mezan dá a chave para a questão que se pretende desenvolver adiante. O principal “método de aculturação”, de que fala o psicanalista, é certamente a língua. É por meio dela que se criam as condições de tornar “suportável” ou “desejável” o pertencimento a uma classe social determinada.

Para analisar melhor essa questão, é de grande valor o texto de Alexandre Kojève (1982) sobre a “seção A”, do capítulo 4, da Fenomenologia do Espírito de Hegel, intitulado a “Dialética do Sr. E do Escravo”. A análise de Kojève nada mais é do que uma tradução comentada, mas é essencial para a compreensão do texto original pensador alemão, e da questão que levantamos sobre a construção das subjetividades dominantes e dominadas.

A idéia central do texto é a de que somente o homem que experimentou a servidão, a escravidão, é capaz de produzir uma transformação efetiva do mundo. O processo começa na tomada de consciência de si mesmo por parte do homem. Essa tomada de consciência, que ocorre no exato momento em que o homem diz “EU”, é fruto do desejo humano.

Mas o desejo primitivo, animal, embora seja condição necessária à autoconsciência, não é a suficiente para ela. O desejo animal, primitivo, é um desejo de negação, de transformação do objeto. Mas não é apenas uma ação destrutiva. É uma ação construtiva na medida em que se destrói uma realidade objetiva para a construção uma realidade subjetiva.

Mas para passar da condição de um animal, para ser realmente autoconsciente o homem precisa ter um desejo pelo desejo, ou seja, o desejo humano deve dirigir-se a outro desejo. A realidade humana é, portanto, uma realidade social. Um desejo sobre um objeto só é humano se outro homem desejam também aquele objeto. E desejar esse desejo é supor a si mesmo o valor desejado nesse desejo, é enfim, desejo de auto-reconhecimento.

Esse reconhecimento só se dá por meio do homem que desejou o mesmo objeto. Ocorre então uma luta pelo reconhecimento alheio, mas essa não é uma luta que culmina necessariamente com a morte de um dos adversários. Como o desejo tem que agir sobre outro desejo, nesse caso, o vencedor também não teria seu desejo de reconhecimento satisfeito. Portanto, o vencido passa para o papel de escravo. E da dialética do Sr. e do escravo, nasce a formação da consciência humana, embora esta seja diferente e em cada um deles.

Uma é a Consciência autônoma, para qual o ser-para-si é a realidade essencial. A outra é a Consciência dependente, para qual a realidade essencial é a vida-animal, quer dizer, o ser-dado para uma entidade-outra. Aquela é o Senhor, esta, o Escravo:

O escravo é o adversário vencido que não foi até o final na luta pela vida, que não adotou o princípio do Senhor, de “vencer ou morrer”. Ele aceitou a vida a vida elegida por outro, e depende deste outro. Ele preferiu a vida à morte, e por isso, permanecendo com vida, vive como escravo². (KOJÈVE,1982, p.24)

No princípio, a primeira tomada de consciência do homem se dava pela negação do objeto, ou seja, do mundo natural, agora, com a supressão do outro homem, e do reconhecimento por este. O homem então relaciona-se consigo mesmo e com o escravo, o outro que lhe dá a condição de reconhecer-se como homem, como auto-consciente. O escravo, por sua vez, se relaciona com o senhor, e com o mundo, que transforma a partir de seu trabalho, mas que é visto por ele não como uma coisa, mas como uma entidade autônoma. O escravo relaciona-se com o que Hegel chama de “ser-dado“, ou seja, com a relação servil dele para com o amo. Sua autoconsciência se dá nessa relação. Essa relação é construída ainda pelo fato do escravo fazer a si mesmo aquilo que o senhor lhe faz, ou seja, não é só o senhor que vê o escravo como escravo, mas ele também se vê como tal. E o próprio desejo do escravo é o desejo do amo.

Entretanto, quando o homem, tornado senhor, realiza a supressão do ser-outro, ele passa a ser visto por ele como uma coisa, um animal. Nesse ponto, o Senhor, encontra-se num dilema, no qual a necessidade do reconhecimento por parte de outro homem é feita não por outro homem que ele enxerga como tal, mas pelo escravo, visto por ele como um objeto. O processo que o homem fez, de significação no qual ele tinha a necessidade não de ser reconhecido por uma “coisa”, pelo mundo natural, mas por outro homem, passa então a se constituir como inválido. Ou seja, ao tornar-se escravo, e “coisa”, o homem do qual o senhor depende para reconhecer-lhe não mais o faz.

Disso, conclui Hegel que do mesmo modo que a condição de senhor é uma condição “falseada”, a de escravo também é, ou seja, o escravo pode tornar-se livre. E esse processo se daria por meio da transformação do mundo natural. Como escravo se interpõe entre o senhor e o mundo natural, por meio do trabalho, é ele que transforma o mundo e cria as condições de dominá-lo.

² Explicações de Kojève sobre o texto original de Hegel.

Entretanto, a servidão anterior é condição *sine qua non* para realização desse processo. Se o homem não tivesse sido submetido pelo medo da morte ao senhor, se não tivesse se tornado escravo, não se tornaria livre, e passível de transformar o mundo. O homem que não experimentou a angústia e o medo da morte não sabe que o mundo natural lhe é hostil e não pode, portanto, dominá-lo por meio do trabalho.

Essa é, em resumo, a teoria desenvolvida por Hegel na “Seção A”, do capítulo 4 da Fenomenologia do espírito. Não vamos, embora tenhamos usado como base dessa monografia um livro de orientação marxista, entrar nos meandros da dialética Hegeliana, tampouco falar da inversão que Marx operou nela. O que nos interessa é compreender o que desse texto podemos extrair para a nossa análise da relação entre linguagem e ideologia.

Primeiramente, parece claro o processo começa por meio da linguagem, com a tomada de consciência de si pelo homem a partir do momento em que disse “Eu”. Se não se pode dizer que a subjugação de um homem por outro se deu no âmbito da linguagem, é certo afirmar que o processo de interação dos seres humanos, e a condição de desejar um desejo, ou seja, de criar significações para um objeto passa necessariamente pela construção lingüística. Mais do que isso, é por meio da linguagem que se dá, adiante, a manutenção da condição de Amo e de Escravo que se originou da luta entre os dois.

Chama atenção na dialética do senhor e do escravo o trecho em que Hegel diz que o escravo faz sobre si mesmo o que o senhor faz contra ele, e que seu desejo é o desejo do senhor. Desse trecho, fazemos um paralelo essencial. O escravo usa a linguagem do amo. Vê o mundo, portanto, com os olhos do amo. O escravo que vai tornar-se livre, é, para Hegel, o Burguês, que depois do mundo grego tornou-se cidadão na sociedade cristã romana, e que veio encontrar seu ápice no império napoleônico. Não é preciso dizer que esse escravo não se tornou livre, mas senhor, pela supressão do proletariado, e que precisou subverter a linguagem, tornando sua linguagem antes de escravo na de senhor.

O surgimento do mundo burguês é acompanhado pela supressão da linguagem dos nobres pela linguagem burguesa. Toda revolução opera uma transformação lingüística. Mas essa mudança não transformou o sistema, que continua tendo como pressuposto a submissão de um homem a outro, sobretudo por meio da linguagem. Nas sociedades modernas, os mecanismos de dominação militar, ou qualquer outro tipo de método de coerção são substituídos em grande parte pelos meios de se operar a dominação pela

linguagem. A coesão social ocorre pelo fato de que os “escravos”, que ainda hoje se encontram nessas condições, utilizam a linguagem do “senhor”, e este último detém meios de produção e divulgação dessa linguagem. Um desses meios é a mídia, que na sociedade atual desempenha um enorme papel no tocante às relações de poder. Por essa razão, no próximo capítulo, passaremos á análise do discurso midiático, especificamente dos telejornais.

2. O DISCURSO TELEJORNALÍSTICO

2.1. A notícia falada.

No primeiro capítulo, falamos sobre os discursos da classe dominada e dominante, e tentamos compreender de que modo a linguagem constrói a subjetividade dessas classes. Neste capítulo, faremos uma análise dos discursos telejornalístico, por entendermos que esse discurso representa não apenas um discurso dominante, uma vez que é criado por indivíduos pertencentes às classes dominantes, agindo diretamente sobre os indivíduos das classes subalternas, mas também porque ele pode se encarar como um palco onde estão presentes diversas faces dos conflitos sociais. Compreendendo a enorme importância que o discurso midiático tem hoje na sociedade, faremos uma análise à luz de alguns conceitos teóricos estudados no primeiro capítulo, para compreender melhor seus mecanismos internos e sua interação com a sociedade.

A análise que se pretende fazer está focada essencialmente na palavra, conteúdo comum, e principal de todos os meios de comunicação, mesmo muitas vezes se diga o contrário³. O foco na palavra, por outro lado, não significa que iremos ignorar as imagens, a edição, e os outros elementos da linguagem televisiva. Eles são também signos que dialogam com o texto, criando com ele não só uma linguagem, mas construindo o contexto, o cenário onde flui a palavra falada. Eles são, em resumo, elementos que formam as condições de produção da enunciação.

A grande maioria das análises sobre a linguagem telejornalística se detêm na questão audiovisual, dentro de uma perspectiva histórica, ou seja, comparando a maneira como é editado o conteúdo dos telejornais, com outras formas de se fazer documentário ou cinema. Fala-se, por exemplo, com frequência, que a narrativa *em off* ou sob as imagens, seria um retrocesso na evolução lingüística audiovisual. Nossa análise não pretende entrar por esse caminho.

É a palavra, a enunciação que predomina durante os 30 minutos habituais de produção dos telejornais. Quando o locutor está lendo a “cabeça”, o *lead* que chama a

³ Existe um clichê famoso sobre a televisão que diz que uma imagem vale mais do que mil palavras. Mas uma brincadeira corrente entre os profissionais de TV é a de pedir à pessoa que cita tal clichê para descrever a frase usando apenas palavras.

matéria, quase sempre não existe uma edição, ele está apenas enquadrado, de maneira simples. Naquele momento, o essencial é a palavra, não apenas o conteúdo do que é dito, mas a situação na qual é dito. Durante as chamadas “notas peladas”, também ocorre o mesmo. Estas notas, ou são notícias julgadas menos relevantes pelo editor do jornal, e que por isso não possuem imagens, ou são notícias de última hora, das quais ainda não foram produzidas imagens. Esse fenômeno mostra que apesar de vivermos numa sociedade na qual a imagem tem um papel cada vez mais preponderante na construção de significados, a palavra ainda representa um signo de extrema importância. *“Nada justifica o sacrifício de uma notícia importante por não dispor de uma boa imagem, portanto a expressão oral se mantém viva e detentora de forte influência na comunicação com a sociedade”* (ROLDÃO, 2001, p.9)

É por essa razão que nosso foco será a palavra falada, e a interação verbal entre o locutor e o público ouvinte. Parece equivocado falar de interação no que diz respeito à televisão, que a uma primeira análise parece um veículo de mão única. Porém, a interação existe, ao menos de modo virtual. Isso se aplica não só aos emissores da mensagem, que interagem com seu público virtual, criando os textos específicos para ele, como aos receptores, os telespectadores, que até mesmo pela intimidade que a televisão propicia, falando dentro das casas das pessoas, se imaginam interagindo com os apresentadores dos programas que assistem.

A existência do interlocutor virtual está presente nos emissores das notícias. Não só no momento em que o locutor do telejornal fala diante da câmera, sabendo que está sendo ouvido por milhões de pessoas, mas em quase todos, senão em todos os momentos anteriores da produção das notícias. Esse interlocutor virtual, da mesma forma que o destinatário onipresente do discurso interior, que vimos em Bakhtin, e adiante em Lacan, no capítulo anterior, é a presença constante do telespectador como referência ao processo de produção dos telejornais.

Um dos preceitos básicos do telejornalismo é o de que a linguagem utilizada é coloquial. É comum que, nas redações, os jornalistas mais experientes expliquem aos mais novos que a melhor forma de escrever uma notícia é se imaginar passando a informação numa roda de amigos. Todos os manuais de telejornalismo trazem a regra de se evitar palavras rebuscadas, ou outras que possam confundir o telespectador. Um caso clássico dessas regras é a não utilização dos pronomes possessivos seu, sua, seus, suas, que

são proibidos em textos para telejornais, porque devido ao seu pouco uso na linguagem oral, poderiam confundir o telespectador. Por exemplo, quando o apresentador dissesse a frase: “O presidente almoçou em sua casa”, o telespectador poderia supor que se trata da casa dele, e não a casa do presidente. É justamente este “dele”, que usamos para nos referirmos mais claramente ao telespectador na frase anterior, que é recomendado nos manuais de telejornalismo. Deve-se observar que essa regra surgiu na televisão aberta, que atinge a um público amplo, e de baixa instrução, o que justifica a preocupação. Entretanto é interessante notar que outra regra básica dos mesmos manuais, a de se evitar a repetição de palavras, é reconhecida pela linguagem oral. As pessoas, quando narram um fato, não ficam à cata de sinônimos para evitar repetir um nome ou verbo.

Portanto, em última análise, o telejornal é uma linguagem escrita para ser falada. Pode-se dizer que existe a tentativa de aproximação com a linguagem oral, mas é impossível se pensar que uma linguagem que passe pelo código escrito, para em seguida ser lida em voz alta, consiga se igualar à linguagem falada. Como afirma Rodão(2001):

Na construção da linguagem escrita para ser falada na televisão, na divulgação dos fatos para a sociedade, seguramente, aplica-se tanto o padrão da linguagem escrita quanto o padrão da linguagem oral, criando assim um padrão próprio que incorpora os dois anteriores. (p.7)

2.2. O código jornalístico

Certamente, uma das razões para que a linguagem telejornalística não seja propriamente uma linguagem oral, mas um discurso escrito para ser falado, vem da enorme influência do jornalismo impresso nos textos dos telejornais. Isso se dá primeiramente porque muitos profissionais que trabalham com telejornalismo são oriundos de veículos impressos. Por outro lado, esse fator nos leva à conclusão de que, apesar das especificidades, existe uma linguagem, um código jornalístico.

Embora isso pareça uma constatação óbvia, ela se choca com a tese defendida por jornalistas e teóricos da comunicação de que o jornalismo seria um tradutor de linguagens. Nesse caso, o conteúdo dos textos dos jornais, do rádio ou da televisão, seria elaborado a partir de termos neutros, comuns a todas as áreas da comunicação, justamente pela proximidade com a linguagem oral.

Mas uma vez que existem palavras e termos próprios do jornalismo, o que se faz é traduzir para um sistema de signos específico, sistemas vindos de outras áreas do saber humano. Seria ingênuo crer que esse sistema de signos jornalístico corresponderia necessariamente ao sistema de signos comum a todos os indivíduos de uma sociedade.

No livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1995), que foi discutido no primeiro capítulo, Mikail Bakhtin fala da palavra como um signo neutro, justamente porque ela está presente em todas as esferas de produção ideológica. Desse modo, quando se fala do jornalismo, ela não só estaria presente nas esferas às quais ele pretende traduzir, mas também circunscrita na própria esfera jornalística.

Esse fato é importante para mostrar como uma palavra, um signo, só existe quando investido de conteúdo ideológico. A palavra neutra não existe. O contexto sempre vai é imposto ao significante, como é o caso da palavra jornalística, da qual falamos. A palavra, criação ideológica por natureza, tem ainda por característica mudar seu conteúdo ideológico de acordo com o contexto no qual está inserida.

Por essa razão, o preenchimento da palavra por um conteúdo ideológico, por assim dizer, se dá em camadas. A criação de uma palavra já lhe confere carga ideológica uma vez que se dá num contexto de interação social determinado. A partir de então, cada vez que a palavra sofre uma nova contextualização ela sofre a influência ideológica, refletindo e refratando as relações sociais. Todo esse processo se dá em maior ou menor grau de deliberação por parte do falante.

2.3. Uma linguagem não conflituosa

Não podemos perder de vista que os discursos ideológicos têm uma consequência bastante clara: a dominação de classes. Falando desse modo, pode-se dizer que a conclusão é simplista. Entretanto, não a dominação de uma classe sobre a outra não é apenas consequência, como causa da carga ideológica da linguagem. Por outro lado, a própria linguagem é também sintoma. Por essa razão, as análises do discurso são importantes para desvendar os mecanismos dessa dominação.

Apesar do capítulo tratar do discurso telejornalístico não falaremos de questões mais óbvias, como o monopólio da mídia, ou os interesses do grande capital, que operam

em diferentes instâncias como política e publicidade. Nos concentraremos em discutir, para tentar entender, a linguagem telejornalística como capaz de trazer elementos que trabalham no sentido da manutenção de uma linguagem, que, por sua vez, permite e auxilia a dominação de uma classe sobre outra.

Um primeiro ponto que observamos é que a linguagem telejornalística tem como uma de suas premissas básicas a comunicação não conflituosa. Isso é logo caracterizado no esforço de se fazer da linguagem dos telejornais uma linguagem oral. Partindo do pressuposto de que as notícias têm que ser “mastigadas” para que o grande público entenda, tanto a escolha das palavras como a sintaxe das frases são as mais simples possíveis. Sempre são adotados termos familiares, de uso corrente pela população do país.⁴

Seria um equívoco criticar essa tendência do ponto de vista do conteúdo. Os argumentos a favor dessa forma de linguagem são os de que o grande público não entenderia determinados termos, e também porque na televisão, diferente dos veículos impressos, não existe a possibilidade de se retornar a uma notícia para que se possa entendê-la melhor.

O equívoco está no pressuposto, que para a comunicação social é quase um dogma, de que toda comunicação se dá de modo não conflituoso. Conforme falamos no primeiro capítulo, toda enunciação compõe um diálogo, e todo diálogo, em maior ou menor grau, constitui conflito e/ou contradição. Ao tentar a todo custo apaziguar esse conflito, a televisão se torna uma ferramenta de comunicação autoritária, e engessa a possibilidade de uma interação lingüística viva, na qual a evolução da linguagem caminhe junto com a evolução da consciência dos sujeitos falantes.

Além disso, ocorre uma espécie de premissa falsa, na qual a partir do momento em que a televisão, que se supõe um veículo que utiliza a linguagem oral, busca insensatamente apaziguar conflitos em suas enunciações, chega-se a falsa conclusão de que a interação oral também deve excluir a comunicação conflituosa. Cabe lembrar que o que chamamos de comunicação conflituosa não diz respeito apenas à discussões no plano das

⁴ Recentemente, uma polêmica sobre o assunto tomou conta dos diversos veículos que discutem o papel e as ações da mídia no Brasil. As discussões partiram de um fato ocorrido durante uma vista de professores universitários à redação do Jornal Nacional, da Rede Globo. Na ocasião, o editor chefe e apresentador do jornal, Willian Bonner, explicou aos professores que o parâmetro para a escolha edição das matérias que iam ao ar no jornal era o brasileiro médio, o qual ele comparou ao personagem de desenho animado Homer Simpson. A comparação se dava pelo fato do personagem não ser muito culto, nem capaz de assimilar termos ou conteúdos mais complexos. A polêmica ocorreu sobretudo, porque muitas pessoas criticaram a postura do telejornal em pré-julgar o público quanto a sua capacidade intelectual.

idéias, dos conteúdos expressos, mas nas formas dos discursos. Na nossa opinião, é somente quando se entra em contato com uma forma estranha de enunciação, ainda que próxima da sua, o sujeito se torna apto a apreender seu conteúdo, e operar mudanças significativas na linguagem.

Quase todos os manuais de redação para telejornal, dos quais não é necessário fazer uma citação direta, justamente pela homogeneidade que apresentam, falam que a televisão é um veículo dispersivo por natureza. Daí a necessidade de ir direto ao ponto, de não causar ruído na comunicação. Nos jornais impressos, o texto escrito, teria um grau maior de atenção por parte de quem lê. Por essa razão, eles poderiam utilizar palavras e expressões mais complexas, já que o leitor poderia voltar inúmeras vezes no texto.

No nosso entender, o ato de "voltar no texto" não seria a tentativa de apaziguar um conflito, uma falha na compreensão de um termo,, mas sim o grande criador de conflitos. Cada nova leitura faz com novas significações, novas associações sejam feitas ao termo dentro do contexto no qual ele se insere.

Os signos impressos seriam como um caleidoscópio que a cada olhar apresenta uma nova composição. A mensagem televisiva, na qual não se pode voltar, já se apresenta como um conteúdo totalizante. É possível até usar a análise que Renato Menzan faz no livro *Interfaces da Psicanálise* (2002), no capítulo que fala sobre publicidade, no sentido de que a frase concisa se assemelha ao chiste, ao *witz*, psicanalítico, no sentido de que apresenta cada um dos seus poucos significantes, carregados de muitos significados.

Voltando ao que se falou no primeiro capítulo, sobre a influência do inconsciente na linguagem inconsciente, ocorrem no discurso televisivo operações semelhantes às da linguagem dos sonhos, e conseqüentemente na linguagem: condensação, figuração e deslocamento.

Mas quando se fala publicidade, é possível afirmar que quase todos significantes de um *slogan*, as inúmeras associações que a partir dele começam a ser feitas pelos receptores da mensagem, foram milimetricamente pensados pelos criadores do anúncio. Já no caso do jornalismo, não. O tempo, as formas de produção de uma notícia são as principais causas da utilização de frases totalizantes, no sentido de expressões prontas, com poucos significantes, mas na qual se encerra uma infinidade de significados.

A pressa que predomina nas redações é a principal causa para que o discurso seja construído não peça por peça, cada palavra pensada para aquele momento exato do

discurso, mas sim em blocos. Frases inteiras, expressões correntes são empregadas justamente por sua infalibilidade em comunicar a notícia. O que ocorre por outro lado é que todos os contextos nos quais aquela frase foi utilizada anteriormente são refletidos no novo discurso, e assimilados consciente e inconscientemente pelos receptores. Uma palavra diferente das habituais é um “estranho no ninho”, e efetivamente - já tivemos ocasiões de comprovar isso na prática – a palavra estranha pontua o texto. Interrompe um fluxo que antes era contínuo. Porém, essa pontuação é vista quase sempre como um erro.

Não é de se esperar grandes possibilidades de criação lingüística, e de modificações efetivas no discurso interior e exterior de um indivíduo, quando se utiliza uma comunicação da maneira como descrevemos. As possibilidades de apropriação de termos, e, sobretudo de reprocessamento se tornam nulas. Isso não significa que necessariamente ocorre uma manipulação, na qual a mensagem do emissor é passada e assimilada em todo seu conteúdo. Apenas a constatação de uma comunicação engessada e engessadora já é suficiente para entendermos o papel do discurso telejornalístico na dominação de classes.

Não excluimos, porém, uma resposta, na forma de rearranjo do discurso pelo receptor. Mas essa reação é limitada pelos termos da mensagem e pelas condições de enunciação. Bakhtin (1995) elucida a questão ao explicar a relação entre o signo ideológico e sua relação no psiquismo:

Se a língua é determinada pela ideologia, o pensamento, a “atividade mental”, que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia. Contudo, essas relações, são inter-relações recíprocas, orientadas, é verdade, mas sem excluir uma contra-ação. O psiquismo e a ideologia estão em interação dialética constante. Eles têm como terreno comum o signo ideológico. O signo ideológico vive graças à sua realização no psiquismo, e reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico.(p.64).

Bakhtin ressalta ainda que nessa inter-relação existe uma diferença de grau. Se usarmos como exemplo um telejornal que fala para milhões de pessoas, a grande maioria com um baixo nível de instrução e pouco acesso a outras fontes de informação, não é difícil para nós entendermos quem têm o maior grau nessa “inter-relação”.

É justamente nesse ponto que podemos trabalhar a questão de classes. A diferença de grau numa relação, num diálogo, se mede pela possibilidade de operar os elementos de um discurso. É nesse ponto que acreditamos agir na ideologia para legitimação de uma

situação social dada. É como um jogo, ou como usamos anteriormente, um combate, o que em última análise é um diálogo, no qual as chances de vitória são de quem pode trabalhar com uma grande quantidade de símbolos não só de sua própria linguagem, mas símbolos que efetivamente surtiram efeito, serão significativos para o interlocutor. Esse monopólio da fala é muito maior do que qualquer monopólio de grupos de comunicação.

2.4 A construção da relação entre o destinatário e o emissor da mensagem midiática: a credibilidade.

Apesar de nossa análise se concentrar na enunciação, não devemos perder de vista as condições de produção do discurso midiático. Elas não só são determinantes, como fazem parte do conjunto de signos de um discurso. São as condições de produção que fazem com que exista o desnível entre emissores e receptores no ato de comunicação.

Para a compreensão da influência dos elementos que são “extra-textuais” na produção de sentido de um discurso, o método utilizado pelo professor Givandro Marcus Ferreira, da Universidade Federal da Bahia, no artigo intitulado: “O Posicionamento discursivo da Imprensa: Em busca de uma proposta metodológica”, (2004) , é bastante útil. Embora trate de veículos impressos, os conceitos do artigo podem perfeitamente ser aplicados aos telejornais, sobretudo, devido ao fato já citado anteriormente, de que os textos para telejornais nada mais são do que textos escritos para serem falados.

Ferreira parte do conceito de contrato de leitura, cunhado pelo francês Eliséo Verón. Esse contrato estabeleceria o elo entre um determinado veículo de imprensa e seu público leitor, e seria responsável pela fidelidade de uma pessoa a um jornal e não a outro. Essa fidelidade se daria pela identificação, pelo reconhecimento do discurso, o que não supõe de antemão uma relação dinâmica. A dinamização do contrato se daria pela diferença entre a produção e o reconhecimento do discurso. Entretanto, a análise de Verón só vai além de aspectos lingüísticos quando trata de questões pertinentes à diagramação, ou formato de um veículo.

Ferreira procura expandir a noção de contrato de leitura, para a de “posicionamento discursivo da imprensa”. Nesse posicionamento discursivo, verdadeiro responsável pelo elo com os receptores, entrariam também aspectos extra-textuais. Para explicar melhor o

método utilizado, Ferreira cita a hermenêutica de Paul Ricoer. Para explicar melhor a idéia, o autor utiliza o seguinte quadro:



(FERREIRA, 2004, p.14).

Em resumo, para Ferreira, esse processo se daria do seguinte modo: o “Mundo a configurar’ são os fatos e eventos que poderão ser configurados, ou transformados em notícia, ou seja, em” Mundo Configurado “. No interior desse processo, temos o suporte de imprensa, que é o” Sujeito falante “, ou Sujeito Enunciador”. É ele que transforma os fatos em conteúdo discursivo. O “Mundo configurado”, ou da notícia, sofrerá também a ação de outro sujeito falante (Sujeito destinatário), no caso o leitor, que pela interpretação fará a sua refiguração a partir do “Mundo Configurado”. Porém, todo esse ciclo de significação sofre influência da relação extra-discursiva entre jornal e leitor. Uma mesma notícia tem impactos diferentes sobre o público na medida em que é veiculada em diferentes jornais. Isso é causado não só pelos discursos precedentes, mas também pela existência extra-discursiva dos sujeitos.

Além de recorrer a Ricoeur, Ferreira utiliza a noção de Campos Sociais, do sociólogo Pierre Bourdieu. De acordo com essa teoria, a realidade social é construída num

jogo disputado por diversos sujeitos e agentes sociais. Essa realidade construída seria forjada pela história subjetiva dos agentes sociais, seu “habitus”, e pela história objetiva, sob a forma de intuições, lugares, formas etc.

Podemos então pensar, a partir dessas duas noções, que a análise de um veículo de imprensa, de seu discurso pode ser feita tanto do ponto de vista diacrônico, ou seja, do conjunto de signos que formam o discurso, como do ponto de vista sincrônico, pensando o campo social do jornalismo no tocante aos atores sociais e às instituições, tecnologias etc. Entretanto, a divisão entre o que é sincrônico e diacrônico deve ser feita com cuidado, porque a circularidade dos elementos que compõe um discurso é enorme, na medida em que ele se constitui como linguagem. Aqui encontramos um ponto de retorno a Bakhtin quando critica o objetivismo abstrato de Saussure, mas propõe uma análise lingüística não apenas sincrônica, mas que tente dar conta dos elementos de um discurso sem congelá-los no tempo.

Aplicando essas noções teóricas às análises do discurso dos telejornais, notamos que se deve sempre ter em conta os elementos textuais, referentes à linguagem propriamente dita, mas também sua relação com os elementos extra-textuais. O que Ferreira chama de posicionamento discursivo da imprensa, nas palavras do autor, é uma *“metodologia que busca analisar a relação jornal-leitor pelas vias sociológicas e semiológicas”*. (FERREIRA, 2004, p.14)

Não cabe, porém, na nossa opinião, essa dicotomia tão rígida entre o que é sociológico e o que é semiológico. Os elementos sociais que determinam um discurso e um posicionamento diante dele, são elementos de linguagem, na medida em que participam ativamente da construção de um texto.

No que se refere ao jornalismo televisivo, vemos diversos desses elementos entrarem em cena. Utilizando a TV Globo como exemplo, nota-se a questão da qualidade técnica como um dos grandes filões que a emissora explorou ao longo dos anos para arrebanhar seu público. Além disso, temos a formação da Rede, que a partir da região sudeste do Brasil, procurou integrar as diversas regiões do país. No caso específico dos telejornais, temos ainda o que comumente se chama de credibilidade.

Os elementos acima são apenas exemplos de como aspectos extra-textuais estão presentes na composição de um discurso. A credibilidade, por exemplo, é algo que

determina tanto a forma de recepção de um discurso por parte do telespectador como necessariamente sua construção pelo emissor.

Não se trata apenas do fato de que o discurso é feito para se conseguir a credibilidade, mas a própria credibilidade pesa como responsabilidade na hora de se construir um discurso. É interessante notar que existe um certo descompromisso da parte de televisões que não são líderes de audiência. Elas ousam mais no que se refere aos textos. Embora isso possa ser analisado sob uma ótica apenas econômica (empresas que estão dando lucro não querem perder mercado, e repetem a mesma fórmula; empresas que precisam conquistar mercados arriscam, pois não têm nada a perder), pode-se dizer que outros aspectos devem ser considerados nessa relação.

O fato de um telejornal falar para uma audiência imensa, sabendo das possíveis conseqüências do que é dito, é um determinante considerável da construção de um discurso. Mas, mais do que auxiliar a expansão desse discurso, esse determinante o engessa. O discurso telejornalístico, devido a sua não interação com o público, devido à noção propagada de que é uma linguagem que obtém êxito no tocante à comunicação, e devido as estruturas extra-textuais, como a questão dos monopólios e das tecnologias, é um discurso engessado, pobre, e se não é possível mensurar as conseqüências imediatas na linguagem, e conseqüentemente na construção significativa da realidade por parte dos expectadores, é ao menos lamentável observar que um discurso com um imenso potencial de transformação a partir da linguagem não consiga interagir de forma mais dinâmica com a sociedade.

2.5. A sintaxe da edição

*Deve-se sempre se ocupar do discurso a transmitir e
aquele que serve para transmiti-lo.
(Bakhtin, 1995, p.147).*

Na terceira parte do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Mikhail Bakhtin fala sobre as formas de transmissão do discurso de outrem, com o objetivo de atestar as teorias expostas nas duas primeiras partes, ou seja: a do caráter social, e não individual ou aleatório das variações lingüísticas. O ponto de partida do autor está centrado em textos

impressos. Bakhtin encontra semelhanças entre a dinâmica da inter-relação entre um discurso citado e contexto narrativo no qual ele está inserido, e as formas de interação na enunciação verbal, que é para ele a única forma de se apreender a língua em sua totalidade, e não de um modo abstrato:

A língua existe não por si mesma, mas somente em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta. É apenas através da enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbuí-se do seu poder vital e torna-se uma realidade. As condições da comunicação verbal, suas formas e seus métodos de diferenciação são determinados pelas condições sociais e econômicas da época. As condições mutáveis da comunicação sócio-verbal precisamente são determinantes à transmissão do discurso de outrem. Além disso, aventuramo-nos mesmo a dizer que, nas formas pelas quais a língua registra as impressões do discurso de outrem e da personalidade do locutor, os tipos de comunicação sócio-ideológica em transformação no curso da história manifestam-se com um relevo especial. (Bakhtin, pg 154).

As semelhanças entre a relação discurso citado-contexto narrativo, e as formas de interação verbal, se dão naquilo que Bakhtin chama de “apreensão apreciativa do discurso de outrem”. Essa apreciação apreciativa, em outras palavras, seria a interpelação do indivíduo pelo discurso carregado de ideologia. Não nos esqueçamos que não é a recepção passiva do discurso ideológico do outro, mas a construção da inter-relação discursiva. A apreensão apreciativa, concluindo, é a enunciação que fala diretamente ao discurso interior.

Justamente por isso é possível estabelecer o elo entre a citação o discurso de outrem no contexto de uma narrativa, e a expressão verbal. Como, usando uma frase de Bakhtin, a palavra vai a palavra, os dois processos são análogos. A apreensão apreciativa se dá em dois planos: primeiro a enunciação é recolocada no contexto de comentário efetivo. Depois, ocorre a preparação da réplica. (Essas duas situações, a réplica interior e o comentário efetivo são inseparáveis, senão em caráter abstrato). Esse fenômeno é observável nas formas de interação verbal, e nas de citação dos discursos de outrem numa narrativa.

Dessa maneira, Bakhtin consegue “dotar de uma orientação sociológica as formas de apreensão do discurso de outrem”. (BAKHTIN, 1995, P.157) A citação, no contexto

narrativo, se deu de maneira distinta em diferentes épocas e sociedades, (Discurso direto, indireto, indireto livre etc.) Essa categorias, embora não correspondam imediatamente a categorias de citação do discurso de outrem na fala, foi influenciada por elas, e ao se tornarem efetivamente formas gramaticais, passaram, por sua vez, a influenciar a interação verbal:

A apreensão dos discursos de outrem não se situa na alma individual, mas na sociedade que escolhe e gramaticaliza apenas os elementos de apreensão ativa, de apreciação da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constates e que, por conseqüência, tem fundamento na existência econômica de uma comunidade lingüística dada. (BAKHTIN, 1995, p.146).

O ponto interessante para a nossa análise do discurso telejornalístico, é que a citação do discurso de outrem se encaixa no que se chama de edição, nos telejornais. Todas as formas de citação, como discurso direto, discurso indireto, são aplicáveis não só aos jornais impressos, mas aos telejornais, até por quê, conforme já vimos não, o dois não se diferem de modo substantivo entre si. Portanto, é possível fazermos uma reflexão sobre o componente sociológico da edição, fazendo uma analogia com as formas narrativas de citação usadas por Bakhtin em seu livro.

Bakhtin resume de modo esquemático as formas de citação do discurso de outrem que usou para sua análise da seguinte forma (BAKHTIN, 1995, p.154).

- 1) *Dogmatismo autoritário*, caracterizado pelo estilolinear ainda mais pessoal e monumental, de transmitir a fala de outrem na idade média.
- 2) *Dogmatismo racionalista*, com seu estilo linear ainda mais pronunciado nos séculos XVII e XVIII;
- 3) *Individualismo realista e crítico*, com seu estilo pictórico e sua tendência para infiltrar o discurso citado com as réplicas e os comentários do autor (fim do século XVIII e começo o XIX);
- 4) *Individualismo relativista*, Com a sua diluição do contexto narrativo.

Nos dois primeiros casos citados, o que se nota é uma demarcação do que é o discurso de outrem, e principalmente, uma preponderância do mesmo sobre o contexto narrativo.

No segundo caso, ocorre o oposto: o discurso citado predomina sobre o contexto narrativo ou mesmo o apaga. Quando falamos dos telejornais, estamos muito mais próximos de uma estrutura na qual o discurso de outrem é preponderante demarcado. Isso colabora, sem sombra de dúvida para a formação de um discurso autoritário, e, sobretudo, engessado e engessador. Além disso, nossa crítica ganha força, se pensarmos que ele é análogo a uma forma de discurso que é caracterizada como dogmática, e que corresponde às formas de narrativa anteriores ao século XX.

Para a reflexão que pretendemos fazer, à luz da análise que Bakhtin faz do discurso citado, precisamos caracterizar os telejornais como uma narrativa, o que nem sempre é feito pelos produtores de conteúdo telejornalístico. Assumir-se como uma narrativa significa, antes de mais nada, assumir-se como construção de uma visão da realidade, e isso vai contra a idéia abstrata e infundada de espelho, ou janela para a realidade, que os telejornais querem passar. Mas na nossa abordagem, evidenciaremos a questão narrativa dos telejornais.

Um primeiro problema que surge é sabermos onde se encontra o discurso citado dentro da estrutura dos telejornais. Essa questão é um tanto quanto complicada uma vez que o discurso citado, e o diálogo do contexto narrativo com esse, no caso dos telejornais, assumem uma estrutura complexa. Existe uma infinidade de discursos sobrepostos no caso dos telejornais.

Seria ingênuo crer que existem apenas um discurso citado e um contexto narrativo nos telejornais. Existe, ao contrário, uma infinidade de discursos sobrepostos. Imagens e texto, texto do repórter e o texto lido pelo locutor, que apresenta a reportagem, entrevistas, e o próprio diálogo com o discurso formado pelas estruturas extra-textuais, como a credibilidade do canal entre outros, dos quais falamos anteriormente. Por essa razão, nos limitaremos a fazer um pequeno esboço de uma analogia possível entre o discurso indireto livre, principal objeto da análise de Bakhtin na terceira parte de seu livro, e o discurso telejornalístico.

O discurso indireto livre, grosso modo, seria o discurso citado que, embora sobre a forma de discurso indireto, caminha no sentido de um discurso direto. É um discurso citado, no qual se misturam as palavras do personagem e a do autor do texto. Fica evidente a apreensão apreciativa do discurso de outrem por parte do autor. Nesse contexto, o que ocorre é que a interação recíproca entre o discurso citado e contexto narrativo, que torna-se

mais reflexivo. A própria narrativa passa a reconhecer-se enquanto tal, e o discurso citado passa a dissolver o contexto narrativo:

“Dessa maneira, o discurso citado é que começa a dissolver, por assim dizer, o contexto narrativo. Este último perde a grande objetividade que lhe normalmente é inerente em relação ao discurso citado; nessas condições, o contexto narrativo começa a ser percebido – e mesmo a reconhecer-se – como subjetivo, como fala de outra pessoa.

(BAKHTIN, 1995, p.151).

Se fossemos tomar essa questão sob o aspecto mais raso da ética jornalística, apenas a citação de uma possível “perda de objetividade” já seria suficiente para que nossa reflexão fosse criticada. O jornalismo ocupa-se, pretensamente, de levar ao público uma visão objetiva de um fato.

Apesar de ser composto por uma infinidade de elementos e discursos, conforme falamos anteriormente, em última instância, o discurso telejornalístico pode ser visto como um discurso fechado, que constitui para o público um discurso direto. Mesmo que dentro desse discurso estejam diversos discursos citados, como é o caso das entrevistas, declarações lidas, etc, o discurso como um todo é a voz do grupo que o produziu.

A palavra do telejornal é, portanto, a palavra do grupo social que representa. Nesse sentido, ele se apresenta o mais fechado possível, sem a possibilidade de refletir sobre si mesmo. Isso se caracteriza também por seu alto grau de hierarquização e dogmatismo em relação ao interlocutor.

O que observamos como consequência é a impossibilidade de formação de uma resposta ao discurso, ao menos de uma resposta ativa. Não falamos, é claro, de uma resposta que pudesse ser ouvida pelo emissor, mas uma resposta ativa no discurso interno do receptor.

Dessa forma é possível compreendermos o discurso telejornalístico como um importante agente da manutenção das subjetividades contemporâneas tais como se encontram. Ele não oferece nem meios nem elementos para que possa se efetivar uma comunicação viva e transformadora.

É interessante notarmos um paradoxo, no qual a televisão, caracterizada pela imagem, pretende ter fazer um discurso no qual o narrador é invisível. O locutor e os

repórteres dos telejornais, por mais que sejam conhecidos do grande público, se escondem sobre suas construções textuais. Essa invisibilidade pode ser compreendida no seguinte texto que Bakhtin analisa, que é uma exemplificação de Lork do discurso indireto livre:

“A Irlanda soltou um grande grito de alívio, mas a Câmara dos Lordes, seis dias mais tarde *rejeitava* o Bill: Gladstone *caía*”. (BAKHTIN, 1995, p. 184).

Lork fala que os emprego do pretérito imperfeito é o que caracteriza o discurso indireto, por meio da dramaticidade. Num contexto telejornalístico objetivo, a frase ficaria desse modo:

“A Irlanda soltou um grande grito de alívio, mas a Câmara dos Lordes, seis dias mais tarde *rejeitou* o Bill: Gladstone *caiu*”.⁵

Observa-se nesse segundo caso a perda da dramaticidade, e conseqüentemente a perda da visão de construção narrativa do fato citado, a perda da idéia de que existe um sujeito falante por trás do que é dito. A enunciação passa então a apresentar-se como um bloco compacto, a qual não se que não admite uma resposta. Evidencia-se a relação de força que existe no contexto da interação televisiva, no qual o lado mais forte recebe esse discurso compacto, sem a possibilidade de oferecer-lhe uma resposta no mesmo nível.

Poderíamos citar diversas formas de construção de conteúdo jornalístico audiovisual como uma alternativa a esse sistema. Os documentários do cinema reflexivo são um dos principais exemplos. Nele, evidencia-se o contexto narrativo, constrói-se o discurso evidenciando a subjetividade, e permitindo que o discurso citado invada quase todo o contexto narrativo.

Mas o que interessa não é fazer uma minuciosa análise dos procedimentos das alternativas para compará-los aos telejornais, mas compreender que as alternativas ao que se erigiu como padrão só existem em condições reais diferenciadas. Encontramos então um ponto de retorno à Bakhtin quando fala das estruturas sociais como determinais das formas de enunciação, e voltamos a nossa questão principal de entendemos a serventia que determinados discursos têm na sociedade de classes.

⁵ A análise de Lork, que aqui tomamos emprestada para fazer uma analogia com a linguagem dos telejornais, no livro trata das formas verbais pertinentes ao discurso indireto livre.

Nesse contexto, chegamos a um problema, porque se de um lado é o discurso constituído como tal que serve para legitimar a realidade social vigente, ele é fruto dessa realidade. De acordo com Bakhtin, e grande parte dos pensadores marxistas ortodoxos, somente as mudanças estruturais da sociedade fariam com que se operasse uma mudança no discurso dominante. Entretanto, embora compreendamos esse mecanismo, na nossa opinião, toda mudança deve operar nos dois níveis simultaneamente, nas estruturas e no discurso.

2.6. Novas possibilidades para a linguagem telejornalística

A primeira coisa que me vem à mente, no momento em que começo está quinta, e última, subdivisão do capítulo que trata da linguagem telejornalística, são as palavras proferidas durante uma aula pelo Professor Muniz Sodré: “toda empresa lucrativa é por natureza conservadora”. É o óbvio que nos é apresentado como novo no momento em que ele se torna uma peça chave na resolução de um problema. Há mais ou menos um ano e meio trabalho com telejornalismo, e a pergunta que me fazia, a todo o momento, e na ocasião da aula, era: “onde estariam as possibilidades de expansão, de modificação na linguagem telejornalística?”.

Esse tema, inclusive, era central nessa dissertação, mas aos poucos foi se desdobrando. Os telejornais têm uma estrutura rígida. Quase todos têm trinta minutos de duração, as matérias duram em média dois minutos, existe uma paginação por editoriais: esportes, política, internacional, economia etc. Apesar das inúmeras modificações que os avanços tecnológicos vem trazendo aos jornais, essa estrutura sofreu poucas alterações desde que foi criada, há mais de cinquenta anos. O mesmo pode-se dizer dos textos. Se comparados às mudanças tecnológicas, e mesmo às mudanças da linguagem em diversas esferas sociais, as mudanças nos textos dos telejornais são pouco significativas.

Portanto, onde se encontram as brechas, as possibilidades, e mais do que isso as necessidades de expansão da linguagem dos telejornais? Há que reconhecer que esta é uma necessidade que, em última análise, interessa apenas à utopia de se tentar construir um discurso que aja no sentido da emancipação, e não do engessamento das consciências, já que, como vimos, não é de interesse para uma empresa que está dando certo, mudar seu *modus operandi*.

Ao falar em encontrar brechas, poder-se-ia supor que estamos falando da ocupação de posições no sentido da guerra de posições de Gramsci, na qual buscássemos oferecer novas possibilidades dentro do formato existente. Mas não se trata disso. Estamos falando, antes de mais nada, de não se aceitar que a linguagem dos telejornais é a única possível, a mais eficiente para se passar uma mensagem.

Uma primeira questão é a do “ponto”, do qual falamos anteriormente, e que é visto como um ruído na comunicação. Esse ponto é uma palavra estranha ao léxico comum dos textos dos telejornais, e que por isso mesmo se oferece como um ponto, uma pausa dentro de um fluxo comunicacional. A palavra estranha chama atenção, e permite a reorganização de todos os outros símbolos ao redor dela. Voltamos desse modo à questão da concepção de comunicação como algo essencialmente não conflituoso. Para nós, não conflituoso é necessariamente não reflexivo.

Para que ocorra uma mudança na linguagem, entretanto, é necessário que haja mudanças também em todo modo de produção. A produção de enunciados em blocos, onde são colados frases prontas, se dá em função da pressa, da necessidade de notícias novas a cada momento. Isso permite que certas expressões deturpem uma enunciação gerando nela a carga significativa que ela foi adquirindo em outros contextos.

A própria escala de produção, que é o processo de edição, colabora para essa recontextualização ocorra. O texto é ressignificado várias vezes, por passar pelo crivo de várias pessoas em momentos diferentes, mas paradoxalmente, em vez dos vários olharem trazerem um texto mais aberto como produto final, o que ocorre é um fechamento, na utilização de signos que não sejam estranhos à linguagem telejornalística corrente.

Seria pretensioso de nossa parte tentar esboçar qualquer proposta de mudança nesse padrão. Mas, por outro lado, é covarde encarar a linguagem vigente nos telejornais como a única forma possível de comunicar um conteúdo noticioso. Minha crítica recai, sobretudo, sobre a tendência de classificar como elitismos a utilização de palavras e expressões cultas nos veículos de massa. Elitismo é a suposição de que uma determinada pessoa não vá compreender um termo, até porque isso já traz em si a idéia de que você tem uma concepção fechada para aquele termo e não está aberto ao conflito do diálogo, a receber de volta o mesmo termo com uma significação diferente, até mesma oposta.

Por fim, voltando a noção de “posicionamento discursivo da imprensa”, levando em conta o conceito de campos sociais e contrato de leitura, que nela estão implicados,

devemos compreender que mudanças na linguagem telejornalística só seriam possíveis quando se operassem mudanças também em outros campos, ditos da esfera extra-textual. Um exemplo que se pode citar é o da televisão digital, que em breve deve se tornar uma realidade. Não se sabe ao certo em que medida isso vai ocorrer, mas o fato é que uma das inovações mais importantes que a televisão digital vai trazer é a interação com o público, e a quebra dos monopólios de concessão da grande imprensa. Podemos pensar, hipoteticamente, de que forma essas inovações vão influenciar o discurso atual da mídia.

A possibilidade de uma maior interação por parte dos telespectadores modifica a relação entre emissor e destinatário, não somente no que é mais óbvio, ou seja: o destinatário poder se tornar menos passivo diante da mensagem recebida, mas também modifica a enunciação, o discurso do emissor.

Recentemente, numa conversa corriqueira, um editor reclamou do fato de num *website* para o qual escrevera um artigo, um leitor ter recebido um espaço de resposta do mesmo tamanho do que lhe fora disposto anteriormente para a confecção do artigo. Da conversa, foi possível extrair uma reflexão importante. A consciência de que um interlocutor vai dispor das mesmas condições do que o emissor numa interação modifica radicalmente a primeira enunciação. O imprevisível volta a estar presente, volta a ser constituído um verdadeiro diálogo, aberto ao conflito, e, sobretudo, muito mais igualitário do que as formas mais antigas de comunicação por meio da televisão e outros veículos.

Se pensarmos, tomando como exemplo, a diferença entre uma carta que um leitor envia a um jornal, e que vai ser previamente escolhida, e destinada a um espaço determinado, e um comentário num *site* de internet, que salvo exceções, são feitos simultaneamente, e sem censura, nota-se a construção de um diálogo onde as duas partes estão em igualdade de condições muito maior. É nesse ponto que o advento da televisão digital pode ajudar a modificar a estrutura do discurso telejornalístico, possibilitando ao telespectador uma resposta muito mais imediata, e mais focada na enunciação do que os números de audiência. É possível pensarmos até que as respostas dadas por meio de índices de audiência operem muito mais no conteúdo do que na forma de um discurso, e que as possibilidades que a interação digital, esta sim, vai influenciar a formal

3. HARMÔNICOS INTAGÍVEIS E INÚTEIS.

No livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Michael Bakhtin critica a visão da lingüística moderna de Ferdinand Saussure que se ocupava apenas das relações formais da língua, como um sistema anacrônico de signos, desprezando sua evolução histórica, e os atos individuais de fala. Por outro lado, esses lingüistas acreditavam que a evolução da língua seria uma decorrência desses atos individuais, mas não os classificavam como constitutivos de um sistema. Se, de um lado, as lingüísticas da corrente que Bakhtin chamou de subjetivismo abstrato acreditavam que toda criação lingüística se dava nos atos individuais, ou mais precisamente, na psicologia individual, para os lingüistas do objetivismo abstrato, do qual fazia parte Saussure, essas refrações de caráter individual seriam meros “Harmônicos intangíveis e inúteis” (BAKHTIN, 1995, p.82).

A análise que Bakhtin faz, diferente das duas correntes, consegue dotar de um caráter individual a evolução lingüística. Além disso, tornou possível à lingüística ocupar-se das interações verbais, que para Bakhtin era a estrutura mais importante para se analisar a linguagem como um todo.

O pensador russo mostrou que é na fala que se encontra o processo de evolução da língua, e uma vez que essa fala se dá num contexto socialmente herdado, ela é determinada pelas condições sociais de uma época e de um lugar. É certo que essa idéia da fala como geradora da evolução lingüística já havia sido abordada pelos pensadores do objetivismo abstrato. Entretanto, eles viam apenas como desvios aleatórios, sem uma relação causal entre si e com a realidade vigente. Como se fossem erros que com o passar do tempo fossem agregando novos termos, modificando outros, e fazendo com que a língua se modificasse sem que essa evolução tivesse uma lógica própria.

O que se infere das análises de Bakhtin, é que o acaso não existe em lingüística. Outros pensadores e correntes do saber humano ajudam a corroborar essa idéia. Uma dessas correntes é justamente a psicanálise, que ajuda a expandir a noção de sistema de signos, por meio da visão do inconsciente como linguagem. Fazendo uma analogia entre essa linguagem do inconsciente e as enunciações, sem ignorar as intervenções de uma instância na outra, tem-se uma concepção da linguagem como um sistema que não é vertical, mas forma uma teia de signos.

Longe de tentar desvendar as relações dos signos dessa teia, sobretudo porque poderíamos incorrer no erro de tornar estático um processo extremamente dinâmico, pretendemos neste último capítulo esboçar uma pequena análise de dois discursos específicos. Embora eles não guardem uma relação entre si, e nem componham uma linguagem própria e largamente difundida, como é o caso do discurso dos telejornais, analisado no segundo capítulo, pretendemos inserir esses discursos num mesmo contexto, que não é mais do que o texto em que se encerra essa monografia.

O objetivo é, mais do que fazer uma análise, compor um painel, uma *bricolagem*, onde os discursos possam dialogar entre si à luz dos conceitos desenvolvidos no primeiro capítulo desse trabalho. Vale ressaltar mais uma vez que o que a intenção não é chegar a conclusões, ou atestar uma hipótese. O que se pretende é ensaiar um breve caminho com as próprias pernas depois de ter recebido o auxílio de importantes pensadores da linguagem. O que se quer é lançar um olhar sobre os “*harmônicos inúteis e intangíveis*”, sabendo de antemão da sua utilidade, mas sem pressupor sua importância.

3.1. O lapso do papa Wojtyła.

No último capítulo do livro *Olhos de Madeira*, o historiador italiano Carlo Ginsburg (2001) faz uma análise de um discurso do Papa João Paulo II, numa sinagoga na década de oitenta. O encontro é considerado uma das primeiras tentativas da Igreja Católica assumir a responsabilidade pelo antijudaísmo cristão. Intitulado “Um lapso do papa Wojtyła”, o texto faz parte de uma série de textos, que compõe o livro, e que falam da questão da distância.

O lapso do papa ocorre quando, no meio do discurso na sinagoga, ele pronuncia aos judeus: “*Vocês são nossos irmãos prediletos e, de certo modo, poderíamos dizer, nossos irmãos mais velhos*”. A frase foi largamente aplaudida, e vista pela assembleia da ocasião, e pelas críticas que se seguiram ao encontro, como “*não apenas a condenação solene do anti-semitismo, como também, num âmbito mais geral, o início de uma nova fase das relações entre judeus e cristãos, baseada no reconhecimento pelos últimos do vínculo indissolúvel entre as duas religiões e da anterioridade histórica do judaísmo*”. (GINSBURG, 2001, p. 220)

O que se segue, na análise de Ginsburg, vai no sentido exatamente oposto. O historiador lembra que as palavras “irmãos mais velhos” ecoavam a epístola de São Paulo aos romanos. (9:12). No texto Bíblico, Paulo fala da profecia do antigo testamento, (Gênesis 25:23) na qual Deus falou a Rebeca, grávida de gêmeos: “O mais velho será servo do mais moço”. Segundo o relato bíblico, foi justamente o que aconteceu. Jacó, o mais moço, comprou por um prato de lentilhas, a progenitura a Esaú, de quem passou na frente para receber a benção do pai, Isaac. Na carta de Paulo, o apóstolo aplica a profecia aos judeus convertidos ao cristianismo. Isto é, os judeus, (Esaú), serão servos dos gentios convertidos ao cristianismo (Jacó). Em seguida, Paulo acrescenta outra citação do antigo testamento, as palavras que o profeta Malaquias atribuiu ao Senhor: “Amei Jacó, e odiei Esaú”.

Carlo Ginsburg acredita que o texto de Paulo, um judeu convertido ao cristianismo, é o texto fundador do antijudaísmo cristão, e mais do que isso, afirma que foi a esse texto que João Paulo II aludiu em seu discurso na sinagoga. Mas o interessante do ensaio do historiador não é essa constatação, que a primeira vista poderia classificada como simplista e tendenciosa.

O primeiro ponto importante é que Ginsburg descarta categoricamente a possibilidade de que o lapso tenha sido um *ato falho*, na concepção freudiana do termo. Para Freud, o ato falho seria resultado de pulsões censuradas pelo inconsciente, o que no caso do papa significaria que viera a tona, no momento do discurso, o anti-semitismo de Wojtyla. O que ocorre, de acordo com Ginsburg, é força da tradição milenar católica, que se impôs ao Papa, ou quem quer que tenha escrito o discurso:

“O papa procurava uma definição: do fundo da memória aforou-lhe uma, a tradicional. No momento em que procurava virar a página, foi tolhido pelos velhos textos”. (GINSBURG, 2001, p.224).

É interessante notar as palavras empregadas por Ginsburg no artigo: ao refutar a possibilidade de que tenha sido um ato falho freudiano o lapso do papa, ele diz que não acredita na hipótese da interpretação do lapso “*em termos de psicologia individual*”. A interpretação dele é a de que as palavras do Papa tenham ecoado o texto bimilenar de Paulo, na epístola aos romanos.

O artigo ajuda a entendermos como uma enunciação, no caso a epístola de Paulo, que em princípio tinha apenas um interlocutor claro, os romanos, pode ser carregada pelos séculos, com todo seu conteúdo ideológico. É certo que o conteúdo ideológico foi modificando ao longo dos anos, com o acréscimo e a supressão de elementos que o constituíam, mas é também correto afirmar que é justamente o conteúdo ideológico que imprime força ao discurso para que seus ecos sejam ouvidos até os dias atuais.

O próprio Carlo Ginsburg não tira conclusões ao fim do artigo, e faz questão de não chamar de tese, ou hipótese, mas sim de interpretação a análise que faz. Entretanto, para a leitura que fizemos, se fizeram notórias duas questões: a primeira sobre o fato de que a tradição, por meio do discurso, se impõe mesmo num momento em que se pretende negá-la. O papa fazia um discurso de conciliação com os judeus, quando inevitavelmente aludiu a um texto que pode ser classificado como fundador do anti-semitismo cristão.

Nesse caso, o que temos, do ponto de vista da análise marxista que Bakhtin faz da filosofia da linguagem, é o contexto, as condições de comunicação, se impondo sobre a enunciação. Numa sociedade fundada sobre a égide do anti-semitismo, e na qual esse se faz presente, não seria possível encontrar um discurso desprovido de elementos anti-semitas. Somente uma mudança nessas condições sociais, e, sobretudo, na tradição que a engendra e legitima poderia possibilitar a formação de uma nova forma de entendimento entre judeus e cristãos. Essa visão, que em certo grau pode ser classificado como pessimista, encara o discurso do papa João Paulo II não como um marco no caminho da resolução dos conflitos entre judeus e cristãos, mas sim como um símbolo da insolubilidade, ao menos por hora, de tais conflitos.

A segunda questão vai no sentido oposto à primeira, mas não no sentido de refutar a interpretação de Ginsburg sobre a imposição da tradição no discurso do papa. O que podemos pensar é que no momento em que João Paulo II utilizou os mesmos termos da epístola de Paulo, mas num contexto diferente, ele operou uma modificação na tradição. Não que ele tenha feito o que Roland Barthes explica em *Mitologias* (1957), esvaziando um símbolo de seu significado primeiro para preenche-lo com outro, mas causando-lhe uma leve modificação, que somada a outras em contextos diferentes pode até mesmo reverter o sentido primeiro de uma enunciação. Obviamente, o papa não fez isso deliberadamente, como também não foi consciente a alusão à epístola de Paulo, mas a modificação que o novo contexto imprimiu na enunciação pode ser vista como um dos

harmônicos intangíveis e inúteis, responsáveis não só pela evolução da linguagem, mas também por carregar-lhe pelos séculos.

3.2. A linguagem dos vendedores de ônibus.

“A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”.
(BAKHTIN, 1995, p.45)

Freqüentemente, os discursos analisados pelas áreas do saber humano são relativos aos discursos das classes dominantes. Esse é o caso da análise do discurso telejornalístico, que fizemos no segundo Capítulo. Muitas vezes, manifestações lingüísticas interessantes ficam de fora de discussões importantes por não se oferecerem como um sistema passível de análise, sobretudo, devido ao pouco tempo em que ocorrem, e à conseqüente escassez bibliográfica. Esse é o caso de um discurso do qual pretendemos falar agora, mas, reiterando o que dissemos anteriormente, sem a pretensão de formular qualquer teoria ou hipótese a respeito dele.

Trata-se da fala dos vendedores ambulantes, dentro dos ônibus urbanos, muitas vezes assistidos por mim nos diversos itinerários que realizo no Rio de Janeiro. Chama atenção, primeiramente, o fato de que esse discurso se constitui como um padrão, uma vez que ele proferido de maneira semelhante por quase todos os vendedores. Além disso, as palavras empregadas nesse discurso não são recorrentes no dia-a-dia desses vendedores, nem das pessoas pertencentes à classe social deles.

Poderia-se supor que eles recebem algum tipo de orientação para proceder dessa forma, mas não é o que se observa. Na verdade, é um discurso que circula entre os vendedores, sem que lhes seja imposto por alguém que lhe indique que é essa é uma fala com mais eficiência publicitária.

Numa recente entrevista que fiz com um deles, ele fez questão de enfatizar o caráter publicitário da fala. Entretanto, ela não encontra correlato em nenhum outro tipo de propaganda das quais se tem acesso pela mídia. Essa fala, portanto, é um caso típico da circularidade da linguagem oral, que é capaz de criar formas discursivas, e difundi-las

entre os indivíduos de um mesmo grupo social. Algumas características desse discurso podem ser analisadas à luz das idéias expostas nessa dissertação.

Em primeiro lugar, é preciso observar que na fala dos vendedores ambulantes, estão presentes termos, bem como uma sintaxe, que não são comuns na fala cotidiana deles. Isso mostra a necessidade de adequação do discurso à uma determinada situação, mas também uma apropriação de termos da fala de outras classes sociais, e do reprocessamento desses termos a partir da apropriação. Essa reformulação dos termos é mais um exemplo dos *harmônicos intangíveis e inúteis* nos quais se nota a dinâmica da língua.

Em segundo lugar, nota-se a presença de uma situação conflitante, que determina a fala. Se os próprios vendedores admitem que aquela fala só emerge naquele momento, fica clara sua determinação pelo contexto no qual ela se insere. Temos a relação de classes (embora, muitas vezes, os vendedores e os passageiros pertençam a classes sociais próximas), tem-se a situação na qual o vendedor precisa de uma autorização do motorista do ônibus para estar ali, e tem-se o próprio conflito latente, presente no cotidiano das grandes metrópoles.

Nesse contexto nota-se que a extremada educação com que os vendedores se dirigem ao público, denota uma atitude de subserviência, no qual o contexto se impõe a fala. O vendedor sabe que precisa ser ouvido, e sabe de antemão que sua presença é incômoda para os passageiros. Por essa razão, geralmente, eles começam o discurso pedindo desculpas. Toda fala seguinte é permeada de termos subservientes, como por exemplo, a enfática maneira de se referir ao passageiro com os pronomes de tratamento “senhoras e senhores”. Ora, se poderia argumentar que os vendedores estão apenas adotando uma estratégia publicitária, na qual se mostram respeitosos com seus clientes potenciais. Mas isso não é observado na maioria das propagandas da mídia, nas quais as empresas buscam justamente o contrário, ou seja, buscam por meio da linguagem uma relação mais íntima com o público.

Portanto, a palavra correta não é respeito, mas subserviência. O vendedor ambulante dentro de um ônibus se assemelha a uma situação de mendicância. Ele não tem uma profissão reconhecida socialmente. Isso explica a necessidade de enfatizar sua condição de trabalhador, e não de pedinte, por meio daquilo que ele chama de “comercial”, por meio de uma linguagem que os identifique, mas também explica a extrema subserviência que advém dessa linguagem.

É nesse sentido que podemos dizer que nenhuma fala é inocente. Toda enunciação reflete e refrata conflitos sociais. Usamos como exemplo a fala dos vendedores ambulantes, mas poderíamos ter feito o mesmo com a fala de outros grupos sociais. Em todo discurso, seja ele dominante, ou dominado, está presente a necessidade de reconhecimento pelo outro. É por meio da linguagem que um grupo se reconhece como tal, e se faz reconhecer por outros grupos. Mas é também pela linguagem que entram em conflito. Nas palavras de Bakhtin, “*comunidade semiótica e classe social não se recobrem*”. (BAKHTIN, 1995, p.46). Entretanto, não é possível excluir a circularidade discursiva entre as classes, e tampouco, as possibilidades de subversão da linguagem, e sua conseqüente modificação das estruturas sociais.

CONCLUSÃO

Tivemos como primeira intenção deste trabalho fazer uma análise sociológica de questões relativas à linguagem. A grande maioria dos autores que utilizamos de alguma forma, dialoga com a tradição marxista, sobretudo por apresentar uma visão materialista da história. Entretanto, chama atenção o fato de que muitos dos conceitos forjados por esses autores são tão complexos, que chegam a ser visto pelo leitor iniciante no tema como abstração, muito embora, tais conceitos tentem justamente criticar as visões abstratas dos processos sociais.

Essa é a razão principal pela qual acreditamos ser praticamente impossível falar de ideologia sem falar de linguagem, e principalmente, sem falar da palavra, material da interação verbal dos indivíduos. Poderíamos utilizar como objeto de estudo outros sistemas de signo. Sem dúvida, qualquer criação humana constitui um sistema significante, e por acreditarmos que todo signo é ideológico por excelência, ela seria passível de uma análise sobre questões sociais relevantes. Porém, a palavra enunciada é o material essencial para a compreensão da veiculação da ideologia numa sociedade. Conforme vimos, a palavra é o signo comum a toda e qualquer área da produção humana, e mais do que isso, é o material por meio do qual se formam as consciências individuais.

É nesse sentido que chegamos à conclusão de que uma vez que todos os discursos refletem e refratam as estruturas sociais, é possível construir nexos entre qualquer atividade discursiva, para se compreender os mecanismos sociais de dominação de uma classe sobre a outra. Se é necessário respeitar as diferenças dos discursos, é também imprescindível saber relacioná-los num contexto maior, contrapondo-os uns aos outros, e tentando desvendar nas semelhanças à quais estruturas sociais os discursos servem.

Na primeira parte da monografia, fizemos uma releitura das teorias que nos auxiliariam nas análises de discurso que fiz nos capítulos posteriores. Foi importante o encontro com o texto de Mikhail Bakhtin, que embora date das primeiras décadas da revolução Russa, apresenta uma atualidade enorme no que diz respeito à filosofia da linguagem. A genialidade do texto reside não apenas no fato de Bakhtin ter encontrado uma maneira de fazer uma análise lingüística que fugisse do objetivismo abstrato, da escola de Ferdinand Saussure, que dominava a lingüística de então, mas também porque já

na década de vinte, o autor se preocupava com questões relativas à ideologia como estrutura de dominação.

O marxismo clássico costuma dividir os elementos formadores da sociedade em infra-estrutura e superestrutura. Grosso modo, a infra-estrutura corresponde às condições econômicas básicas que determinariam o modo de produção de uma sociedade. Portanto, na sociedade capitalista elas seriam a propriedade privada dos meios de produção e da mais-valia, etc. As superestruturas são os elementos da sociedade que produzem e veiculam a ideologia, legitimando a estrutura social vigente. No mundo capitalista, esse papel será desempenhado pela religião, pela mídia e por outras áreas, em maior ou menor grau.

Não é possível saber até que ponto, dentro da tradição marxista, Bakhtin concordava com essa divisão. Mesmo assim, é interessante notar que ele tenha valorizado as questões relativas à ideologia, sobretudo na época em que vivia-se o auge da Revolução Russa, com revoluções não só nas estruturas de produção, mas também de natureza tecnológica. Não estamos dizendo que as artes ou outras áreas da produção humana não refletissem a época que se estava vivendo, mas sim que é interessante observar como uma análise tão sofisticada como a de Bakhtin tenha tido lugar em um momento no qual se acreditava que apenas conquistas políticas e econômicas seriam possíveis para sustentar uma sociedade igualitária.

Bem diferente é o momento em que vivemos. Depois da queda do muro de Berlim, é cada vez mais clara a importância da ideologia na dominação de classes. É possível até mesmo dizer que o bloco ocidental venceu a Guerra Fria porque soube dialogar com os signos que representavam as aspirações, e mais do que isso, a maneira de pensar dos seres humanos do século XX.. Isso só foi possível porque todas as construções significativas refletiam a ideologia da classe dominante, e isso ocorria em grande parte por meio da linguagem.

Hoje, vivemos o que muitos autores classificam como capitalismo cognitivo, ou sociedade do conhecimento, período que se caracteriza, entre outras coisas, pela predominância da invisibilidade em diversas áreas da sociedade. A figura do capitão de indústria foi substituída pelas diversas corporações, das quais não é possível saber que são os donos, as trocas financeiras ocorrem em bolsas eletrônicas, e o valor agregado de um produto se dá muito mais pela marca, valor afetivo, do que pelo valor da matéria prima ou

pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua confecção. Nos parece claro a relação entre essa invisibilidade e a ação da ideologia. Se ela já era elemento essencial da dominação de classes numa sociedade onde outros elementos de coerção e legitimação social era muito visíveis, atualmente ela é mais do que essencial, ela é a base de toda forma de dominação.

A primeira conclusão a que chegamos, portanto, antes mesmo de fazer essa monografia, já na leitura dos textos preparatórios é que esse elemento “invisível” de dominação só se torna passível de análise por meio da linguagem. Por esse motivo recorreremos a outras áreas relativas como a psicanálise, para tentar compreender minimamente o mecanismo de construção da subjetividade por meio da palavra. Desse modo foi possível entender como a subjetividade reflete as estruturas sociais. Uma vez que a linguagem nasce das interações sociais, e ela forma as consciências individuais, a identificação dos grupos sociais na sociedade de classes passa necessariamente pelo discurso dos indivíduos.

Essa foi a razão de termos também estudado o papel da mídia, por meio da linguagem telejornalística. É inquestionável o poder e a influência que ela exerce na vida das pessoas, por isso, analisamos sua linguagem com o objetivo de trilhar os caminhos pelos quais o discurso dos telejornais colabora para a legitimação da ordem vigente. A conclusão a que chegamos é que mais do que um poder de manipulação das consciências, é justamente por ter um discurso estático que a linguagem telejornalística faz com que os indivíduos não tomem consciência de sua condição sociais, e operem uma transformação no mundo em que vivem.

Entretanto, incorreríamos em erro se não admitíssemos que a mesma linguagem que veicula a ideologia dominante apresenta elementos indicativos de mudanças sociais ou ao menos de possibilidade de mudanças sociais. Mais do que por acreditar que a linguagem é o principal mecanismo de dominação social, fizemos essa monografia na crença de que é por meio da linguagem que vai se tornar possível qualquer revolução no mundo em que vivemos.

BLIBLIOGRAFIA

Bakhtin, Mikhail, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, São Paulo, Hucitec, 1995.

CHAUÍ, Marilena, *O Que é ideologia*, São Paulo, Primeiros Passos, 1981

FERREIRA, Giovandru Marcus, *O posicionamento discursivo da imprensa: Em busca de uma proposta metodológica*. In: congresso brasileiro de ciência da comunicação, 27º., 2004. Porto Alegre. Anais..São Paulo: Intercom, 2004.

Accessível em: <http://hdl.handle.net/1904/18477>

FUKUIAMA, Francis, *O fim da história e o último homem*, São Paulo, Gradiva, 1992.

GINSBURG, Carlo, *Olhos de madeira , nove reflexões sobre a distancia*, São Paulo, Companhia das letras, 2001

KOJÈVE, Alexandre, *la dialectica del amo e del esclavo em Hegel*, Buenos Aires, Editorial La Pleyade, 1982.

KRISTEVA, Júlia, *História da Linguagem*, Lisboa, edições 70, 1983.

MEZAN, Renato, *Interfaces da psicanálise*, São Paulo, Companhia das letras, 2001.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo, *Um estudo da linguagem oral no telejornalismo brasileiro*. Anais do 24º. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo, Intercom/Portcom: Intercom, 2001

Accessível em: <http://hdl.handle.net/1904/4380> Ivete Cardoso do Carmo

Mora, Ferrater José, *Dicionário de Filosofia*, São Paulo, Martins Fontes, 2001

THOMPSON, J.B, *A mídia e a modernidade, uma teoria social da mídia*, Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

